

PREGÃO ELETRÔNICO BINACIONAL EF 0292-24
SUBASTA A LA BAJA ELECTRÓNICA BINACIONAL EF 0292-24

**CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE
RESPONSABILIDADE CIVIL DE
ADMINISTRADORES E EXECUTIVOS (D&O)**

**CONTRATACIÓN DE SEGURO DE
RESPONSABILIDAD CIVIL DE ADMINISTRADORES
Y EJECUTIVOS (D&O)**

ADITAMENTO 2

ADITIVO 2

I) Em conformidade com o disposto no subitem 2.6.1 do Caderno de Bases e Condições (CBC) do Pregão Eletrônico Binacional EF 0292-24, a ITAIPU responde perguntas formuladas por empresas interessadas nesta licitação, conforme segue:

I) De conformidad con lo dispuesto en el subítem 2.6.1 del Pliego de Bases y Condiciones (PBC) de la Subasta a la Baja Electrónica Binacional EF 0292-24, la ITAIPU responde preguntas realizadas por empresas interesadas en esta licitación, conforme sigue:

PERGUNTA 1

No âmbito da licitação em referência, solicitamos que responda às seguintes questões de acordo com os seguintes dados:

- Demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2023.

PREGUNTA 1

“En el marco de la licitación de referencia, por medio de la presente solicitamos tengan a bien evacuar las siguientes consultas realizada según el siguiente detalle:

- Estados financieros cerrado al 31/12/2023.”

RESPOSTA

Todas as Demonstrações Financeiras auditadas podem ser encontradas nos seguintes links:

<https://www.itaipu.gov.br/institucional/demonstracoes-contabeis>

<https://www.itaipu.gov.br/es/institucional/estados-contables>

RESPUESTA

Todos los Estados Financieros auditados se encuentran en el siguiente link:

<https://www.itaipu.gov.br/institucional/demonstracoes-contabeis>

<https://www.itaipu.gov.br/es/institucional/estados-contables>

PERGUNTA 2

“Questionamos:

Sobre as exclusões aplicáveis a esta contratação temos as seguintes questões abaixo especificadas;

1. CLAUSULA PARTICULAR DE EXCLUSÃO DE BELARUS E RÚSSIA E SEUS TERRITÓRIOS

“Diante do atual cenário de guerra entre Rússia e Ucrânia, algumas seguradoras possuem determinação de suas matrizes sobre a restrição de cobertura securitária para riscos relacionados à Rússia e Belarus, e demais países/pessoas/regiões sancionadas.

PREGUNTA 2

Consultamos:

Sobre las exclusiones aplicables a esta contratación, tenemos las siguientes consultas:

1. CLAUSULA PARTICULAR DE EXCLUSIÓN DE BIELORRUSIA Y RUSIA Y SUS TERRITORIOS

Ante el actual escenario de guerra entre Rusia y Ucrania, algunas aseguradoras han determinado desde sus matrices sobre la restricción de la cobertura de seguros para riesgos relacionados con Rusia y Bielorrusia, y otros países/personas/regiones sancionados.

Trata-se de regra da companhia com intuito de viabilizar seus negócios globalmente, respeitando as sanções e embargos impostos pelo OFAC (Agência de Controle de Ativos Estrangeiros dos EUA) e/ou ONU e/ou demais Organizações Internacionais, portanto gostaríamos de saber se é possível incluir a “Cláusula Particular de Exclusão de Cobertura - Acontecimentos Referentes à Área Específica (Rússia e Belarus)”, e temos com sugestão o modelo abaixo:

CLÁUSULA PARTICULAR DE EXCLUSÃO DE COBERTURA - ACONTECIMENTOS REFERENTES À ÁREA ESPECÍFICA

Em consideração ao Prêmio cobrado, fica aqui entendido e acordado que as seguintes disposições se aplicarão a esta Apólice:

Não obstante qualquer disposição em contrário nesta Apólice, ou quaisquer questionários, propostas, ou materiais de divulgação ou cláusula particular ou endosso, ainda que adicionado em momento posterior, a presente Apólice não cobrirá qualquer:

- ? entidade organizada ou constituída nos termos da legislação local da Área Específica, ou sediada na Área Específica; ou
- ? pessoa física durante o período que essa pessoa física estiver localizada em Área Específica; ou
- ? Reclamação, ação, demanda ou processo instaurado ou mantido em uma Área Específica; ou
- ? perda de, roubo de, dano de, perda de uso de, codificação de, interrupção das operações ou da disponibilidade dos mesmos ou destruição de qualquer propriedade (tangível ou intangível) localizada na Área Específica, incluindo, mas não se limitando a, qualquer sistema de computador, dados, ativos digitais, dinheiro ou valores mobiliários localizados em uma Área Específica.

Área Específica significa:
a República de Belarus; ou
a Federação Russa (conforme reconhecida pelas Nações Unidas) ou seus territórios, incluindo águas territoriais, ou protetorados onde eles têm controle legal, (controle legal significa aquele reconhecido pelas Nações Unidas).

Esta es una regla de la empresa con el fin de hacer viable su negocio a nivel global, respetando las sanciones y embargos impuestos por la OFAC (Agencia de Control de Activos Extranjeros de EE. UU.) y/o la ONU y/u otras Organizaciones Internacionales, por lo que nos gustaría saber si es posible incluir la “Cláusula de Particular de Exclusión de Cobertura - Eventos Referentes al Área Específica (Rusia y Bielorrusia)”, Y tenemos el siguiente modelo como sugerencia:

CLÁUSULA PARTICULAR DE EXCLUSIÓN DE COBERTURA - EVENTOS RELACIONADOS CON EL ÁREA ESPECÍFICA

En consideración a la Prima cobrada, se entiende y acuerda que las siguientes disposiciones se aplicarán a esta Póliza:

Sin perjuicio de cualquier disposición en contrario en esta Póliza, o cualquier cuestionario, propuesta o material de divulgación o cláusula o respaldo particular, incluso si se agrega en un momento posterior, esta Póliza no cubrirá:

- ? una entidad organizada o constituída bajo las leyes locales del Área Específica, o con sede en el Área Específica; o
- ? persona física durante el período en que dicha persona física se encuentre en un Área Específica; o
- ? Reclamación, acción, demanda o procedimiento instituido o mantenido en un Área Específica; o
- ? pérdida, robo, daño, pérdida de uso, codificación, interrupción de las operaciones o disponibilidad de las mismas, o destrucción de cualquier propiedad (tangible o intangible) ubicada en el Área Específica, incluidos, entre otros, cualquier sistema informático, datos, activos digitales, dinero o valores mobiliarios localizados en un Área Específica.

Área específica significa:
la República de Bielorrusia; o
la Federación Rusa (reconocida por las Naciones Unidas) o sus territorios, incluidas las aguas territoriales, o colonias donde tengan control legal, (control legal significa el reconocido por las Naciones Unidas).

Quando houver qualquer conflito entre os termos desta cláusula e os termos e condições da Apólice, os termos desta cláusula prevalecerão, sempre sujeitos à aplicação de qualquer cláusula de Sanção, Embargo, Proibição ou Restrição Nacional ou Internacional.

Se qualquer disposição desta cláusula for ou a qualquer momento se tornar inválida, ilegal ou inexecutável devido à promulgação de legislação, referida disposição será aplicada até a extensão máxima permitida pela legislação aplicável, e a validade, legalidade e a exequibilidade do restante desta cláusula não será afetada.

Ratificam-se todos os termos da Apólice que não tenham sido expressamente alterados por esta cláusula particular.”

2. Questões relacionadas ao conflito Rússia e Ucrânia:

Questões relacionadas ao conflito entre Rússia e Ucrânia:

Qual o percentual de receita gerado por negócios direta e/ou indiretamente relacionados com a Rússia ou Ucrânia? Há um percentual de geração de receita maior do que 5%? Caso positivo, encaminhar maiores detalhes sobre quais são as fontes de receita e o percentual exato de geração.

Como estão as relações com os fornecedores/ clientes Russos e Ucrânicos? Ainda existe geração de negócios ou estão parados? Há algum posicionamento oficial da empresa com relação aos fornecedores/ clientes destes dois países?

Há alguma operação do Órgão na Ucrânia ou na Rússia?

Há algum tipo de relação do Órgão com bancos e/ou qualquer sistema financeiro da Rússia ou da Ucrânia?

Quais os impactos previstos pela administração na operação do Órgão com relação aos recentes movimentos de sanções econômicas impostas à Rússia por diversos países? Favor detalhar.”

RESPOSTA

A ITAIPU informa que não possui qualquer relação comercial com os países mencionados.

Será admitida a inclusão da cláusula, nos

En caso de conflicto entre los términos de esta cláusula y los términos y condiciones de la Póliza, prevalecerán los términos de esta cláusula, sujetos en todo momento a la aplicación de cualquier cláusula de Sanción, Embargo, Prohibición o Restricción Nacional o Internacional.

Si alguna disposición de esta cláusula es o en cualquier momento se vuelve inválida, ilegal o inaplicable debido a la promulgación de la legislación, dicha disposición se aplicará en la medida máxima permitida por la ley aplicable, y la validez, legalidad y aplicabilidad del resto de esta cláusula no se verán afectadas.

Todos los términos de la Póliza que no hayan sido expresamente modificados por esta cláusula en particular se ratifican por la presente”.

2. Cuestiones relacionadas con el conflicto entre Rusia y Ucrania:

Cuestiones relacionadas con el conflicto entre Rusia y Ucrania:

¿Qué porcentaje de los ingresos generan las empresas relacionadas directa y/o indirectamente con Rusia o Ucrania? ¿Hay un porcentaje de generación de ingresos superior al 5%? Si es así, proporcione más detalles sobre las fuentes de ingresos y el porcentaje exacto de generación.

¿Cómo son las relaciones con los proveedores/clientes rusos y ucranianos? ¿Sigue habiendo generación de negocios o están parados? ¿Existe alguna posición oficial de la empresa en relación con proveedores/clientes en estos dos países?

¿Hay operaciones del Órgano en Ucrania o Rusia? ¿Existe algún tipo de relación entre la Agencia y los bancos y/o cualquier sistema financiero de Rusia o Ucrania?

¿Cuáles son los impactos previstos por la administración en el funcionamiento del Organismo en relación con los recientes movimientos de sanciones económicas impuestas a Rusia por varios países? Por favor, detallar”.

RESPUESTA

ITAIPU informa que no tiene ninguna relación comercial con los países mencionados.

Se admitirá la inclusión de la cláusula, en los

termos sugeridos no questionamento.**PERGUNTA 3**

“Questionamos:

1 Questões relacionadas a Lei Anticorrupção: Segundo a Lei Anticorrupção Brasileira n.º 12.846 de 01 de agosto de 2013 e legislação correlata, os atos lesivos, à luz da referida legislação, são de caráter doloso e por implicação disso, excluídos de qualquer seguro. Pedimos também que seja considerado a Cláusula particular de Exclusão de doações, de pagamentos de comissões, e de quaisquer pagamentos oriundos da Lava Jato, a serem pagos, e mais:

Fica entendido e acordado que o item abaixo será acrescido a presente Apólice, sendo certo que a Seguradora não se responsabilizará pelas Perdas relacionadas com qualquer Reclamação feita contra qualquer Administrador decorrente de baseada em atribuível a ou sob alegação de:

- Pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por qualquer agente ou representante ou empregado do Tomador ou da Administração Pública, direta ou indireta, ou de Forças Armadas, doméstico ou estrangeiro, ou quaisquer membros de suas famílias ou qualquer entidade à qual estejam afiliados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção Americana (FCPA), UK Bribery Act, na Lei Anticorrupção brasileira ou de qualquer legislação semelhante porventura existente; ou
- Pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por qualquer agente ou representante ou empregado do Tomador ou da Administração Pública, direta ou indireta, ou de Forças Armadas, doméstico ou estrangeiro, ou quaisquer membros de suas famílias ou qualquer entidade à qual estejam afiliados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção Americana (FCPA), UK Bribery Act, na Lei Anticorrupção brasileira ou de qualquer legislação semelhante porventura existente; ou
- Pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer

términos sugeridos en la consulta.**PREGUNTA 3**

Consultamos

1 Temas relacionados con la Ley Anticorrupción: De acuerdo con la Ley Anticorrupción n.º 12.846 del 1 de agosto de 2013 y la legislación relacionada, los actos lesivos, a la luz de dicha legislación, son de naturaleza intencional y, por implicación, están excluidos de cualquier seguro.

También pedimos que se considere la Cláusula Especial de Exclusión de donaciones, pagos de comisiones y cualquier pago de Lava Jato, a pagar, y, además:

Se entiende y se acuerda que el siguiente punto se agregará a esta Póliza, siempre que la Aseguradora no sea responsable de las Pérdidas relacionadas con cualquier Reclamo realizado contra cualquier Administrador que surja o alegue que:

- Pagos, concesiones y/o recibos de comisiones, donaciones, beneficios o cualesquiera otros favores y/o ventajas a, en beneficio de, o por cualquier agente o representante o empleado del Tomador o de la Administración Pública, directa o indirectamente, o de las Fuerzas Armadas, nacionales o extranjeras, o de cualesquiera miembros de sus familias o de cualquier entidad a la que estén afiliados, incluidos, entre otros, los delitos y responsabilidades definidos en la Ley contra el Soborno de los Estados Unidos (FCPA), la Ley contra el Soborno del Reino Unido, la Ley Anticorrupción de Brasil o cualquier legislación similar que pueda existir; o
- Los pagos, concesiones y/o recibos de comisiones, donaciones, beneficios o cualesquiera otros favores y/o ventajas a, en beneficio de, o por cualquier agente o representante o empleado del Tomador del Seguro o de la Administración Pública, directa o indirectamente, o de las Fuerzas Armadas, nacionales o extranjeras, o de cualesquiera miembros de sus familias o de cualquier entidad a la que estén afiliados, incluidos, entre otros, los delitos y responsabilidades definidos en la Ley contra el Soborno de los Estados Unidos (FCPA), la Ley contra el Soborno del Reino Unido, la Ley Anticorrupción de Brasil o cualquier legislación similar que pueda existir; o
- Pagos, subvenciones y/o recibos de comisiones, donaciones, beneficios o cualquier

outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por quaisquer conselheiros, diretores, agentes, sócios, representantes, acionistas, proprietários, empregados, ou afiliados de qualquer cliente ou fornecedor do Tomador, ou seus membros de família ou qualquer entidade com a qual são associados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção Americana (FCPA), UK Bribery Act, na Lei Anticorrupção brasileira ou de qualquer legislação semelhante porventura existente;

- Doações políticas, sejam elas no Brasil ou no Exterior.”

RESPOSTA

Além do risco excluído relacionado a atos lesivos contra a administração pública, conforme inciso V da Cláusula 9ª da Minuta de Apólice, Anexo III do CBC, será admitida a inclusão da cláusula mencionada no questionamento.

A ITAIPU ressalta a previsão de reembolso (custos de defesa), após o trânsito em julgado, em caso de inocência comprovada após a decisão judicial final e irrecorrível, conforme Nota da Cláusula 9ª.

PERGUNTA 4

“Solicitamos confirmação da Administração pública na qual está ciente quanto à recusa de sinistro não previsto no edital e excluídos das condições gerais do seguro referente ao produto a ser contratado, que esta não será considerado descumprimento contratual bem como não ensejará imposição de penalidades à Companhia Seguradora.”

RESPOSTA

Os riscos excluídos indicados na apólice, são, por força de contrato, excluídos da cobertura do seguro e, conseqüentemente, não serão objeto de judicialização para eventuais penalidades contra a seguradora. Entretanto, cabe uma ressalva: quando houver dúvida sobre a cobertura de um evento, o qual poderia ou não estar enquadrado como risco coberto, haverá necessidade de aguardar o trânsito em julgado para definição devida da cobertura do

otro favor y/o ventaja a, en beneficio de, o por parte de cualquier director, funcionario, agente, socio, representante, accionista, propietario, empleado o afiliado de cualquier cliente o proveedor del Titular de la Póliza, o sus familiares o cualquier entidad con la que estén asociados, incluidos, entre otros, los delitos y responsabilidades definidos en la Ley Anticorrupción de los Estados Unidos (FCPA), la Ley Anticorrupción del Reino Unido, la Ley Anticorrupción de Brasil o cualquier legislación similar que pueda existir;

- Donaciones políticas, ya sea en Brasil o en el exterior”.

RESPUESTA

Además del riesgo excluido relacionado con actos lesivos contra la administración pública, de acuerdo con el inciso V de la Cláusula 9 de la Minuta de Póliza, Anexo III del PBC, se admitirá la inclusión de la cláusula mencionada en la consulta.

La ITAIPU enfatiza la previsión de reembolso (costos de defensa), después de la decisión final en juzgado, en caso de inocencia comprobada después de la decisión judicial definitiva e inapelable, de acuerdo con la Nota de la Cláusula 9.

PREGUNTA 4

“Solicitamos confirmación a la Administración Pública en la que tenga conocimiento de la denegación de un siniestro no prevista en el pliego y excluido de las condiciones generales del seguro respecto al producto a contratar, que ello no será considerado un incumplimiento de contrato, así como tampoco dará lugar a la imposición de penalidades a la Compañía Aseguradora.”

RESPUESTA

Los riesgos excluidos indicados en la póliza quedan, en virtud del contrato, excluidos de la cobertura del seguro y, en consecuencia, no serán objeto de litigio por posibles sanciones contra la aseguradora. Sin embargo, hay una salvedad: cuando hay dudas sobre la cobertura de un evento, que puede o no clasificarse como un riesgo cubierto, será necesario esperar a la decisión final e inapelable para definir adecuadamente la cobertura del evento.

evento.

PERGUNTA 5

“Solicitamos a possibilidade do envio da documentação de habilitação exclusivamente por meios eletrônicos (site da licitação e e-mail). Importante também informar que o Decreto nº 10.543, dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal e regulamenta o art. 5º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, quanto ao nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em interações com o ente público.”

RESPOSTA

Na etapa de verificação da habilitação, a proponente deverá enviar a documentação de habilitação pelos meios eletrônicos indicados no subitem 2.19.1 do CBC.

Após a declaração do vencedor, a líder designada do consórcio proponente vencedor deverá encaminhar a proposta comercial, juntamente com a documentação de habilitação, nos termos do subitem 2.20 do CBC. Caso a líder seja estabelecida no Brasil, poderá encaminhar a referida documentação em formato digital, nos termos da alínea “a” do subitem 2.20.2 do CBC.

Por fim, a assinatura de documentos em forma eletrônica deverá atender os requisitos do subitem 2.20.2.1 do CBC.

PERGUNTA 6

“Devido a sistemas, não conseguimos emitir uma apólice com vigência 24 meses, contudo, podemos emitir com vigência 12 meses e renovar por mais 12 meses, respeitando o período de cobertura do contrato. Podemos fazer dessa forma, sem prejudicar o contrato de 24 meses?”

RESPOSTA

Pedido indeferido. A vigência da Apólice emitida deverá ser de 24 (vinte e quatro) meses, conforme a Cláusula 18 da Minuta de Apólice, anexo III do CBC.

PREGUNTA 5

Solicitamos la posibilidad de enviar la documentación de la habilitación exclusivamente por medios electrónicos (página web de licitación y correo electrónico). Asimismo, es importante informar que el Decreto N° 10.543 prevé el uso de la firma electrónica en la administración pública federal y reglamenta el artículo 5° de la Ley N° 14.063, de 23 de septiembre de 2020, respecto del nivel mínimo requerido para la firma electrónica en las interacciones con la entidad pública.

RESPUESTA

En la etapa de verificación de la habilitación, el oferente deberá enviar la documentación de habilitación por los medios electrónicos señalados en el sub ítem 2.19.1 del PBC.

Después de la declaración del vencedor, el líder designado del consorcio ganador presentará la oferta comercial, junto con la documentación de habilitación, en los términos del sub ítem 2.20 del PBC. Si el líder está establecido en Brasil, podrá remitir la documentación referida en formato digital, en los términos del ítem “a” del sub ítem 2.20.2 del PBC.

Por último, la firma de documentos en formato electrónico debe cumplir con los requisitos del sub ítem 2.20.2.1 del PBC.

PREGUNTA 6

Debido a los sistemas, no podemos emitir una póliza con un plazo de 24 meses, sin embargo, podemos emitir una póliza con un plazo de 12 meses y renovarla por otros 12 meses, respetando el período de cobertura del contrato. ¿Podemos hacerlo de esa manera, sin poner en peligro el contrato de 24 meses?”

RESPUESTA

Solicitud rechazada. La duración de la Póliza emitida será de veinticuatro (24) meses, de acuerdo con la Cláusula 18 de la Minuta de la Póliza, Anexo III del PBC.

PERGUNTA 7

“XXXXXXX, vem por meio desta, em atendimento ao edital pregão eletrônico EF 0292-24, solicitar informações a respeito de qual é o atual consórcio emitente do Seguro D&O contratado.”

RESPOSTA

O consórcio atual é composto pela ARGO SEGUROS BRASIL S.A. e PATRIA S.A. DE SEGUROS.

PERGUNTA 8

“Verificamos que na cláusula 9ª - Riscos Excluídos consta uma nota em que informa que "para os Riscos Excluídos devem estar cobertos os custos de defesa". Solicitamos informar confirmar qual o entendimento do órgão quanto a essa solicitação para as exclusões apontadas?”

RESPOSTA

Os Custos de Defesa, descritos na seção 8 do Anexo II DEFINIÇÕES - FINALIDADE DO SEGURO, deverão ser cobertos para os Riscos Excluídos descritos na Cláusula 9.

Enquanto o processo estiver sob avaliação judicial, a seguradora poderá adiantar os valores relativos às custas de defesa, que poderão ou não ser reembolsados pelo segurado à seguradora, caso o segurado seja considerado inocente ou culpado por atos ilícitos dolosos, dos fatos em análise.

PERGUNTA 9

“No capítulo VII em que consta em Parágrafo Único as coberturas, na de Custos de Defesa e Honorários Advocatícios, inclusive, relativos a Multas e Penalidades com a solicitação de sublimite de 100% e há outra solicitação de Multas e Penalidades Cíveis e Administrativas. Solicitamos confirmar o detalhamento dessas coberturas.”

RESPOSTA

O LMI da Apólice abrange tanto a cobertura de custas de defesa e honorários advocatícios, quanto a cobertura de Multas e Penalidades.

PREGUNTA 7

XXXXXXX, solicita, en cumplimiento del pliego de la subasta electrónica EF 0292-24, se solicita informaciones respecto a cuál es el actual consorcio emisor del Seguro D&O contratado.”

RESPUESTA

El consorcio actual está compuesto por ARGO SEGUROS BRASIL S.A. y PATRIA S.A. DE SEGUROS.

PREGUNTA 8

Observamos que la cláusula 9 - Riesgos excluidos contiene una nota que establece que "para los riesgos excluidos, los costos de defensa deben ser cubiertos". Le pedimos que informe, confirme cuál es el entendimiento del órgano sobre esta solicitud de las exclusiones señaladas".

RESPUESTA

Los Costos de Defensa, mejor descritos en el numeral 8 del Anexo II DEFINICIONES - OBJETO DEL SEGURO, deben ser cubiertos para los Riesgos Excluidos descritos en la Cláusula 9ª.

Ahora bien, mientras el proceso se encuentre bajo evaluación judicial, la aseguradora podrá adelantar los valores relativos a los costos de defensa, los cuales deberán o no ser reembolsados por el asegurado a la aseguradora, en caso de que el mismo resulte inocente o culpable por actos ilícitos dolosos, de los hechos que se encuentran bajo análisis.

PREGUNTA 9

En el Capítulo VII, que figura en el Parágrafo Único, la cobertura, en los Costos de Defensa y Honorarios de Abogados, inclusive, relacionados con Multas y Sanciones con la solicitud de un sublímite del 100%, y existe otra solicitud de Multas y Sanciones Cíviles y Administrativas. Solicitamos confirme el desglose de estas coberturas.

RESPUESTA

El LMI de la Póliza abarca tanto la cobertura de Costos de Defensa y Honorarios de Abogados, así como también, la cobertura de Multas y Penalidades.

O LMI da Apólice abrange tanto a cobertura de custas de defesa e honorários advocatícios, quanto a cobertura de Multas e Penalidades Cíveis e Administrativas.

PERGUNTA 10

“Solicitamos o detalhamento da cobertura ‘Responsabilização da sociedade (Tomador) pela reparação de danos causados à terceiros, em consequência de atos ilícitos culposos praticados por pessoas físicas seguradas’.”

RESPOSTA

Deve-se entender que esta cobertura cobre a responsabilidade do Tomador do Seguro (ITAIPU Binacional) pelas indenizações (perdas e danos), comprometidas ou exercidas para reparar o mesmo; bem como pelos custos de defesa relevantes.

Quanto ao detalhamento da cobertura, está mais bem definido no ANEXO II DEFINIÇÕES - OBJETO DO SEGURO D&O (8. Despesas de Defesa, 10. Danos, 11. Danos corporais, 12. Danos físicos à pessoa, 13. Danos materiais, 14. Morais danos, 15. Danos materiais), causados a terceiros e que sejam consequência de atos ilícitos negligentes, definidos no referido anexo como ações ou omissões involuntárias, que violem direitos e causem danos a terceiros, ainda que exclusivamente morais, resultantes de negligência, incompetência ou imprudência do responsável, cometida por pessoas físicas que se qualifiquem como seguradas no âmbito da cobertura D&O objeto desta licitação.

PERGUNTA 11

“Solicitamos informar se na Cobertura de Automaticidade para Novas Subsidiárias, podemos manter até 30% do total de ativos com sublimite de 100% do LMI para a cobertura? O órgão está ciente e de acordo?”

RESPOSTA

Conforme informado na resposta 6 do Questionário “D&O”, Anexo IV do CBC, a ITAIPU Binacional não possui subsidiárias.

PERGUNTA 12

“Seguindo premissa respeitada e presente na apólice atual, segundo a Lei Anticorrupção

El LMI de la Póliza abarca tanto la cobertura de Costos de Defensa y Honorarios de Abogados, así como también, la cobertura de Multas y Penalidades Cíviles y Administrativos.

PREGUNTA 10

Solicitamos los detalles de la cobertura 'Responsabilidad de la empresa (Tomador) por la reparación de daños y perjuicios causados a terceros, como consecuencia de actos ilícitos culposos practicados por los asegurados'.

RESPUESTA

Debe entenderse que esta cobertura cubre la responsabilidad del Tomador del Seguro (ITAIPU Binacional) por las indemnizaciones (pérdidas y daños), comprometida o ejercida para reparar la misma; así como los gastos de defensa pertinentes.

En cuanto al detalle de cobertura, el mismo se encuentra mejor definido en el ANEXO II DEFINICIONES - OBJETO DEL SEGURO D&O (8. Costos de Defensa, 10. Daño, 11. Daño corporal, 12. Daño físico a la persona, 13. Daño material, 14. Daño moral, 15. Daño patrimonial), causados a terceros y que sean consecuencia de actos ilícitos culposos, definidos en el mencionado anexo como acciones u omisiones involuntarias, que violen derechos y causen daño a otros, aunque sea exclusivamente moral, resultante de negligencia, impericia o imprudencia del responsable, cometidos por personas físicas que califiquen como aseguradas en el marco de la cobertura D&O objeto de la presente subasta.

PREGUNTA 11

Solicitamos el informe de si en la Cobertura de Automaticidad para Nuevas Filiales, podemos mantener hasta el 30% de los activos totales con un sublímite del 100% del LMI para cobertura. El organismo es consciente y está de acuerdo?

RESPUESTA

Conforme consta en la respuesta 6, del cuestionario del Seguro “D&O”, Anexo IV del PBC, la ITAIPU Binacional no posee subsidiarias.

PREGUNTA 12

De acuerdo con la Ley Anticorrupción n.º 12.846 del 1 de agosto de 2013 y la legislación

Brasileira n° 12.846 de 01 de agosto de 2013 e legislação correlata, os atos lesivos, à luz da referida legislação, são de caráter doloso e por implicação disso, excluídos de qualquer seguro. Pedimos, por isso, que a cláusula atual de Atos Lesivos seja mantida e inserida no edital conforme feito nas concorrências anteriores da Itaipu Binacional, mais especificamente, as Cláusula particular de Exclusão de doações, de pagamentos de comissões, entre outros, conforme abaixo: Fica entendido e acordado que o item abaixo será acrescido a presente Apólice, sendo certo que a Seguradora não se responsabilizará pelas Perdas relacionadas com qualquer Reclamação feita contra qualquer Administrador decorrente de, baseada em, atribuível a, ou sob alegação de:

(i) pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por qualquer agente ou representante ou empregado do Tomador ou da Administração Pública, direta ou indireta, ou de Forças Armadas, doméstico ou estrangeiro, ou quaisquer membros de suas famílias ou qualquer entidade à qual estejam afiliados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção Americana (FCPA), UK Bribery Act, na Lei Anticorrupção brasileira ou de qualquer legislação semelhante porventura existente; ou

(ii) pagamentos, concessões e/ou recebimentos de comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores e/ou vantagens para, em benefício de, ou por quaisquer conselheiros, diretores, agentes, sócios, representantes, acionistas, proprietários, empregados, ou afiliados de qualquer cliente ou fornecedor do Tomador, ou seus membros de família ou qualquer entidade com a qual são associados, incluindo, mas não se limitando aos crimes e responsabilidades definidos na Lei Anticorrupção Americana (FCPA), UK Bribery Act, na Lei Anticorrupção brasileira ou de qualquer legislação semelhante porventura existente;

(iii) Doações políticas, sejam elas no Brasil ou no Exterior. A Seguradora garantirá apenas o reembolso dos honorários advocatícios para defesa do administrador, inicialmente por ela avaliados, única e exclusivamente na hipótese do administrador ser inocentado no trânsito em

relacionada, los actos lesivos, a la luz de dicha legislación, son de naturaleza intencional y, por implicación, están excluidos de cualquier seguro. Solicitamos, por lo tanto, que la actual cláusula de Actos Lesivos sea mantenida e insertada en el pliego como se hizo en las licitaciones anteriores de Itaipú Binacional, más específicamente, la Cláusula Particular de Exclusión de donaciones, pagos de comisiones, entre otros, de la siguiente manera: Se entiende y se acuerda que el siguiente ítem será agregado a esta Póliza, teniendo la certeza de que el Asegurador no será responsable por las Pérdidas relacionadas con cualquier Reclamo realizado contra cualquier Fideicomisario que surja de, basado en, atribuible a, o bajo la alegación de:

(i) pagos, concesiones y/o recibos de comisiones, donaciones, beneficios o cualesquiera otros favores y/o ventajas a, en beneficio de, o por cualquier agente o representante o empleado del Tomador o de la Administración Pública, directa o indirectamente, o de las Fuerzas Armadas, nacionales o extranjeras, o de cualesquiera miembros de sus familias o de cualquier entidad a la que estén afiliados, incluidos, entre otros, los delitos y responsabilidades definidos en la Ley contra el Soborno de los Estados Unidos (FCPA), la Ley contra el Soborno del Reino Unido, la Ley Anticorrupción de Brasil o cualquier legislación similar que pueda existir; o

(ii) pagos, subvenciones y/o recibos de comisiones, donaciones, beneficios o cualquier otro favor y/o ventaja a, en beneficio de, o por parte de cualquier director, funcionario, agente, socio, representante, accionista, propietario, empleado o afiliado de cualquier cliente o proveedor del Titular de la Póliza, o sus familiares o cualquier entidad con la que estén asociados, incluidos, entre otros, los delitos y responsabilidades definidos en la Ley Anticorrupción de los Estados Unidos (FCPA), la Ley Anticorrupción del Reino Unido, la Ley Anticorrupción de Brasil o cualquier legislación similar que pueda existir;

iii) Donaciones políticas, ya sea en el Brasil o en el extranjero. La Aseguradora sólo garantizará el reembolso de los honorarios del abogado por la defensa del administrador, inicialmente evaluados por ella, única y exclusivamente en caso de que el administrador sea absuelto en la

ulgado do processo sob as alegações acima. Desta forma, ratifica-se que na hipótese da condenação do administrador no trânsito em julgado sob as alegações acima, nenhum honorário de advocacia para defesa do administrador será reembolsado pela seguradora ao mesmo.”

RESPOSTA

Não nos oponemos à manutenção da redação sugerida, pois, por um lado, o texto apresentado é uma cláusula padrão de mercado e, por outro lado, o referido fato gerador, “ato doloso”, constitui um risco excluído nas apólices de D&O.

Ressalta-se que, caso o segurado seja declarado inocente ou absolvido e, uma vez finalizado o processo, os custos de defesa serão reembolsados pela seguradora.

PERGUNTA 13

“No que diz respeito ao adiantamento das custas de defesa, a Itaipu está ciente de que, no possível momento do pagamento das custas judiciais, o qual se configura como um sinistro no seguro de D&O, é realizada uma análise detalhada durante a regulação que seguirá os termos e condições da apólice bem como edital, anexos e demais documentos constantes do processo. Essa análise considera a aplicabilidade do caso prático, bem como os preceitos e parâmetros do produto, incluindo terminologias relacionadas a reclamações, coberturas, pessoas seguradas e perdas indenizáveis.”

RESPOSTA

Caso seja requerido o pagamento antecipado de custos de defesa, as seguradoras adjudicadas deverão aderir aos prazos e escopo de cobertura descritos na documentação do Pregão Eletrônico Binacional EF 0292-24.

PERGUNTA 14

“Com relação a habilitação econômico-financeira, questionamos se a apresentação da garantia deve ser apresentada por todos os licitantes participantes da licitação ou apenas pelo licitante vencedor? Caso seja somente

decisión definitiva e inapelable del procedimiento en virtud de las anteriores alegaciones.

Así, se ratifica que en caso de condena del administrador en la sentencia firme por los alegatos anteriores, no se reembolsarán por parte de la aseguradora los honorarios de abogado para la defensa del administrador al mismo”.

RESPUESTA

No nos oponemos en mantener la redacción sugerida, debido a que, por un lado, el texto presentado es un clausulado padrón en el mercado, y por otra parte, el hecho generador mencionado, “acto doloso”, constituye un riesgo excluído en las pólizas de “D&O”.

Cabe resaltar que, en caso de que el asegurado resulte inocente o sea absuelto y una vez que el caso se encuentre firme, los costos de defensa serán reembolsados por la aseguradora.

PREGUNTA 13

Con respecto al pago anticipado de los costos de defensa, Itaipu es consciente de que, en el posible momento del pago de los costos legales, que se configura como un reclamo en el seguro D&O, se realiza un análisis detallado durante la regulación que seguirá los términos y condiciones de la póliza así como el pliego, anexos y demás documentos que consten en el expediente. Este análisis considera la aplicabilidad del caso de estudio, así como los preceptos y parámetros del producto, incluyendo terminologías relacionadas con siniestros, coberturas, asegurados y pérdidas indemnizables.

RESPUESTA

En la eventualidad de que sea requerido un anticipo de costos de defensa, las aseguradoras adjudicadas deberán ceñirse a los términos y alcances de la cobertura descritos en la documentación que hace a la Subasta a la Baja Electrónica Binacional EF 0292-24.

PREGUNTA 14

En cuanto a la habilitación económica y financiera, nos preguntamos si la presentación de la garantía debe ser presentada por todos los oferentes que participan en la licitación o solo por el oferente ganador. Si es solo por el

pelo licitante vencedor, questionamos o prazo para entrega da garantia.”

RESPOSTA

A garantia de manutenção da proposta, subitem 1.4.1.2 do CBC, deverá ser apresentada durante o certame na etapa de habilitação pelo Consórcio classificado com o menor preço. Neste sentido, esse documento será aferido pelo Pregoeiro ainda na licitação, antes da declaração do vencedor.

Caso o Consórcio seja inabilitado, imediatamente será convocado o subsequente na ordem de classificação, nos termos do subitem 2.19.5 do CBC.

Além disso, a ITAIPU esclarece que a garantia poderá ser contratada e apresentada por qualquer integrante do consórcio, nos termos do subitem 1.4.1.2, alínea “a” do CBC.

PERGUNTA 15

“Em relação a questão 8 -F do questionário, favor informar:

- a. Objeto(s)
- b. Valores envolvidos: reclamados e gastos com custos de defesa
- c. Status do(s) processo(s)”

RESPOSTA

Favor reportar-se à resposta da pergunta 2 do Aditamento 1.

PERGUNTA 16

“Informar sinistros de D&O notificados nas apólices de 2019 a 2024 e valores indenizados (pelo Paraguai ou Brasil).”

RESPOSTA

Favor reportar-se à resposta da pergunta 2 do Aditamento 1. Ademais, a ITAIPU informa que as indenizações foram pagas 50% pelo mercado brasileiro e os outros 50% pelo mercado paraguaio.

PERGUNTA 17

“Referente a questão 10:

oferente ganador, consultamos el plazo para la entrega de la garantía.

RESPUESTA

La garantía de mantenimiento de la oferta comercial (sub-ítem 1.4.1.2 del PBC), deberá ser presentada durante la subasta en la etapa de habilitación, por el Consorcio clasificado con el menor precio. En este sentido, este documento será revisado por el Subastador durante el proceso licitatorio, antes de la declaración del vencedor.

En el caso de que el Consorcio sea inhabilitado, se convocará inmediatamente al siguiente en orden de clasificación, en los términos del sub-ítem 2.19.5 del PBC.

Por último, la ITAIPU aclara que la garantía requerida podrá ser contratada y presentada por cualquier integrante del consorcio, en los términos de lo establecido en el sub-ítem 1.4.1.2, letra “a” del PBC.

PREGUNTA 15

Con respecto a la pregunta 8-F del cuestionario, sírvase informar:

- a. Objeto(s)
- b. Montos involucrados: reclamados y gastos con costos de defensa
- c. Estado hace(n) proceso(s)

RESPUESTA

Favor remitirse a las respuestas de las preguntas 2 del Aditivo 1.

PREGUNTA 16

Informar de siniestros de D&O notificados en las pólizas de 2019 a 2024 y montos indemnizados (por Paraguay o Brasil)

RESPUESTA

Favor remitirse a la respuesta de la pregunta 2 del Aditivo 1. Además, la ITAIPU informa que las indemnizaciones son pagadas en un 50% por el mercado brasileiro, y el otro 50% por el mercado paraguayo.

PREGUNTA 17

Con respecto a la pregunta 10:

- a. Informar se alguma pessoa física já foi notificada
- b. Esfera e status do processo”

RESPOSTA

Até o momento, nenhuma pessoa física foi notificada em relação à ação trabalhista de reintegração contra a ITAIPU Binacional, movida pelas 18 pessoas não reintegradas, mencionada na pergunta 10 do Anexo IV - Questionário D&O.

A situação processual atual de cada uma das quatro demandas que abrangem o número de pessoas acima mencionadas é a seguinte: fase de “admissão de provas”.

PERGUNTA 18

“Informar a existência de processo criminal contra a proponente, em caso afirmativo favor detalhar brevemente.”

RESPOSTA

Não há conhecimento da existência de processos criminais instaurados contra ITAIPU Binacional.

PERGUNTA 19

“O item 1.4.2.1, “c” do Caderno de Bases e Condições exige a apresentação de certidão da SUSEP “atestando não só a validade da autorização legal que o consórcio proponente tem para operar no mercado segurador brasileiro nos ramos licitados, como também de que naquela Superintendência “nada consta em seu desfavor”, nem existe qualquer registro de intervenção na sua Administração”. Esclarecemos que a Susep emite a Certidão de Regularidade, na qual atesta que a seguradora está autorizada a operar no mercado segurador, bem como que não se encontra sob o regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, contudo, não consta nesta certidão quais os ramos de seguro que está autorizada a operar. Embora não emita certidão específica sobre ramos, é possível consultar no site da SUSEP os ramos em que as seguradoras estão autorizadas a operar (https://www2.susep.gov.br/menuatendimento/procura_2011.asp) / inclusão do nome da seguradora / “+ Informações sobre Seguradora”

- a. Informar si alguna persona ya ha sido notificada
- b. Ámbito y estado del proceso

RESPUESTA

Hasta la fecha no ha sido notificada persona física alguna en relación a la demanda laboral por reintegro contra la Itaipú Binacional, iniciada por las 18 personas no readmitidas, mencionada en la pregunta número 10 del Anexo IV - CUESTIONARIO “D&O”.

El estado procesal actual de cada una de las cuatro demandas que engloban a la cantidad de personas ut supra señaladas es la siguiente: fase de “admisión de pruebas”.

PERGUNTA 18

Informar la existencia de procesos penales contra el organismo, en caso afirmativo, por favor detallar brevemente.

RESPUESTA

No se tiene conocimiento de la existencia de procesos penales que pudieran haber sido iniciados en contra de la Itaipú Binacional.

PERGUNTA 19

El ítem 1.4.2.1, “c” del Pliego de Bases y Condiciones exige la presentación de un certificado de la SUSEP “que acredite no sólo la validez de la autorización legal que tiene el consorcio oferente para operar en el mercado brasileño de seguros en las ramas licitadoras, sino también que en esa Superintendencia “nada aparece a su favor”, ni hay constancia de intervención en su Administración”. Aclaremos que la Susep emite el Certificado de Vigencia, en el cual acredita que la aseguradora está autorizada para operar en el mercado asegurador, así como que no se encuentra bajo el régimen de Gestión Fiscal, Intervención, Liquidación Extrajudicial o Supervisión Especial, sin embargo, no aparece en este certificado qué líneas de seguros está autorizada a operar. Aunque no emite un certificado específico sobre las sucursales, es posible consultar en la página web de la SUSEP las líneas en las que las aseguradoras están autorizadas a operar (https://www2.susep.gov.br/menuatendimento/procura_2011.asp) / Inclusión del nombre de la aseguradora / “+ Información sobre la

/ Grupo de Ramos "03 - Responsabilidades". Tendo-se em vista que a SUSEP não expede nenhuma certidão capaz de comprovar que determinada seguradora está autorizada a operar especificamente nos ramos desta licitação, podemos considerar suficiente para atender a exigência prevista no referido item a apresentação de Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP, mesmo sem conter a indicação dos ramos a que está autorizada a operar?"

RESPOSTA

Será suficiente a apresentação da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP, juntamente com a autorização de operação da Seguradora por ramo, a ser expedida no próprio site da SUSEP.

PERGUNTA 20

"Além disso, esclarecemos que a certidão de regularidade é padronizada pela SUSEP e, portanto, não conterá especificamente o termo "nada consta em seu desfavor" previsto no item 1.4.2.1, "c" do Caderno de Bases e Condições, mas o seu teor é neste sentido, já que na referida certidão a SUSEP atesta que a seguradora "está autorizada a operar" e que "não se encontra, nesta data, sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP". Assim, entendemos que a certidão de regularidade atende a exigência prevista no item 1.4.2.1, "c". Este entendimento está correto?"

RESPOSTA

Entendimento correto.

PERGUNTA 21

"Estamos considerando que a certidão de regularidade prevista no item 1.4.2.1, "c" do Caderno de Bases e Condições deverá ser apresentada por cada uma das seguradoras integrantes do consórcio que estão domiciliadas no Brasil. Esse entendimento está correto?"

RESPOSTA

Entendimento correto.

aseguradora" / Grupo de sucursales "03 - Pasivos Considerando que la SUSEP no emite ningún certificado capaz de acreditar que una determinada aseguradora está autorizada para operar específicamente en los ramos de la presente licitación, ¿podemos considerar suficiente para cumplir con el requisito previsto en el referido ítem la presentación de un Certificado de Vigencia emitido por la SUSEP, aun sin contener la indicación de las líneas a las que está autorizada a operar?"

RESPUESTA

Será suficiente la presentación del Certificado de Regularidad emitido por la SUSEP, junto con la autorización de operación de la Aseguradora por ramo, a ser emitido por el propio sitio web de la SUSEP.

PREGUNTA 20

Además, aclaramos que el certificado de vigencia está estandarizado por la SUSEP y, por lo tanto, no contendrá específicamente el término "nada consta a su favor" previsto en el ítem 1.4.2.1, "c" de Pliego de Bases y Condiciones, sino que su contenido es en este sentido, ya que en dicho certificado la SUSEP da fe de que la aseguradora "está autorizada para operar" y que "no se encuentra, a la fecha, bajo el régimen de Gestión Fiscal, Intervención, Liquidación Extrajudicial o Inspección Especial, y no se encuentra cumpliendo con la sanción de suspensión impuesta por la SUSEP". Por lo tanto, entendemos que el certificado de vigencia cumple con el requisito establecido en el punto 1.4.2.1, "c". ¿Es correcta esta interpretación?"

RESPUESTA

Entendimiento correcto.

PREGUNTA 21

Consideramos que el certificado de vigencia previsto en el ítem 1.4.2.1, "c" del Pliego de Bases y Condiciones debe ser presentado por cada una de las aseguradoras integrantes del consorcio domiciliadas en Brasil. Esta interpretación es correcta?"

RESPUESTA

Entendimiento correcto.

PERGUNTA 22

“O item 1.3.4 do Caderno de Bases e Condições estabelece que “cada uma das companhias seguradoras integrantes do consórcio binacional será particular, solidária e integralmente responsável por todas as obrigações assumidas, no limite dos 50% (cinquenta por cento) da cobertura da apólice que corresponde ao país onde está(ão) estabelecida(s) a(s) companhia(s) seguradora(s)”. Desta forma, embora conste o limite de 50% da cobertura da apólice previsto no item 1.3.4, notamos que na alínea “c” do 1.4.1.3 do CBC, consta que o consórcio assume total responsabilidade pelas coberturas objeto desta licitação, sem qualquer menção quanto ao limite de 50%. Além disso, notamos que no modelo de certificado de coberturas previsto nesta mesma alínea não há qualquer previsão sobre os 50% da cobertura da apólice que corresponde ao país onde está estabelecida a companhia seguradora. Estamos considerando que, embora não conste expressamente no modelo de certificado de cobertura, prevalece o disposto na parte final do item 1.3.4 do CBC, qual seja, no limite dos 50% (cinquenta por cento) da cobertura da apólice que corresponde ao país onde está(ão) estabelecida(s) a(s) companhia(s) seguradora(s)”. Este entendimento está correto?”

RESPOSTA

Entendimento correto.

PERGUNTA 23

“Solicitamos a gentileza de nos informar qual o valor do prêmio total pago na última contratação.”

RESPOSTA

O prêmio pago para o Seguro vigente (13.09.2022 a 13.09.2024) foi de US\$ 628.000,00, sendo US\$ 314.000,00 pago para a seguradora brasileira e US\$ 314.000,00 para a seguradora paraguaia.

PERGUNTA 24

“Solicitamos a gentileza de informar qual a seguradora que detém atualmente a apólice.”

RESPOSTA

Favor reportar-se à resposta da pergunta 7

PREGUNTA 22

El ítem 1.3.4 del Pliego de Bases y Condiciones establece que “cada una de las compañías de seguros que formen parte del consorcio binacional responderá privada, solidariamente de todas las obligaciones asumidas, dentro del límite del 50% (cinquenta por ciento) de la cobertura de la póliza que corresponda al país donde se establezcan la(s) compañía(s) de seguros”. Así, si bien se incluye el límite del 50 por ciento de la cobertura de la póliza previsto en el ítem 1.3.4, observamos que en el ítem “c” del 1.4.1.3 del PBC, Se hace constar que el Consorcio asume toda la responsabilidad por la cobertura objeto de esta licitación, sin mención alguna al límite del 50%. Además, observamos que en el modelo de certificado de cobertura previsto en este mismo párrafo no se prevé el 50% de la cobertura de la póliza que corresponda al país donde esté establecida la compañía aseguradora. Consideramos que, aunque no se señale expresamente en el modelo de certificado de cobertura, prevalece lo dispuesto en la parte final del ítem 1.3.4 del PBC, es decir, dentro del límite del 50% (cinquenta por ciento) de la cobertura de la póliza que corresponda al país donde se establezcan la(s) compañía(s) aseguradora(s)”. ¿Es correcta esta interpretación?”

RESPUESTA

Entendimiento correcto.

PREGUNTA 23

Se solicita informar del importe del premio total pagado en el último contrato

RESPUESTA

El premio abonado para el seguro vigente (13.09.2022 al 13.09.2024) fue de U\$s. 628.000,00; siendo U\$s. 314.000,00 pagado a la aseguradora brasilera y U\$s. 314.000,00 a la aseguradora paraguaya.

PREGUNTA 24

Solicitamos informar cual es la aseguradora que tiene actualmente la póliza.

RESPUESTA

Favor remitirse a la respuesta de la pregunta 7

deste Aditamento.

PERGUNTA 25

“As declarações solicitadas em edital com firma reconhecida em cartório podem ser substituídas por assinatura digital padrão ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira)?”

RESPOSTA

Para as consorciadas brasileiras, o entendimento está correto, desde que atenda o subitem 2.20.2.1 do CBC.

PERGUNTA 26

“Solicitamos a gentileza de nos informar se os documentos exigidos poderão ser assinados de forma eletrônica pelas licitantes, por certificado digital emitido pelo ICP-Brasil nos termos da Medida Provisória nº 2200/01.”

RESPOSTA

Favor se reportar às respostas das perguntas 5 e 25 deste Aditamento.

PERGUNTA 27

“Verifica-se que o item 1.3.6 do Caderno de Bases e Condições prevê a obrigação do consórcio binacional vencedor “promover, antes da celebração do contrato e emissão da apólice respectiva, a constituição legal do consórcio”. Ocorre que, dentre os anexos disponibilizados, não localizamos a minuta do contrato a ser firmada com a seguradora. Desta forma, solicitamos a gentileza de nos informar qual será o instrumento que irá formalizar a contratação, bem como disponibilizar cópia para prévia ciência e eventual pedido de esclarecimentos.”

RESPOSTA

A ITAIPU esclarece que não assinará nenhum Contrato, somente a emissão da(s) Apólice(s), que não será(ão) assinada(s) pela ITAIPU e deverá(ão) ser(rem) entregue(s) conforme subitem 2.24.1 do CBC.

PERGUNTA 28

“Solicitamos a gentileza de nos informar se a

de este Aditivo.

PREGUNTA 25

Las declaraciones solicitadas en el pliego con firma notariada pueden ser reemplazadas por una firma digital estándar ICP-Brasil (Infraestructura Brasileña de Clave Pública)?

RESPUESTA

Para los oferentes del mercado asegurador brasilero, el entendimiento es correcto, siempre y cuando cumpla con el sub-ítem 2.20.2.1 del PBC.

PREGUNTA 26

Solicitamos informar si los documentos requeridos pueden ser firmados electrónicamente por los oferentes, mediante certificado digital emitido por ICP-Brasil en los términos de la Medida Provisional Nº 2200/01.

RESPUESTA

Favor remitirse a las respuestas de las preguntas 5 y 25 de este Aditivo.

PREGUNTA 27

Se observa que el ítem 1.3.6 del Pliego de Bases y Condiciones establece la obligación del consorcio binacional ganador de "promover, antes de la celebración del contrato y emisión de la póliza respectiva, la constitución legal del consorcio". Se da la circunstancia de que, entre los anexos puestos a disposición, no localizamos el borrador del contrato a suscribir con la compañía aseguradora. De esta manera, le rogamos que nos informe cuál será el instrumento que formalizará el contrato, así como que nos facilite una copia para su conocimiento previo y cualquier solicitud de aclaración.

RESPUESTA

La ITAIPU aclara que no se firmará ningún Contrato, sólo la emisión de la(s) Póliza(s), la/s cual/es no será/n firmada/s por la ITAIPU y deberá/n ser entregada/s conforme sub-ítem 2.24.1 del PBC.

PREGUNTA 28

Solicitamos informar si Itaipú dispone de una

Itaipu possui ferramenta para assinatura de contrato por certificado digital e, em caso positivo, se a assinatura do contrato poderá ser feita de forma eletrônica.”

RESPOSTA

Favor reportar-se à resposta da pergunta 27 deste Aditamento.

PERGUNTA 29

“Caso a resposta ao questionamento anterior seja negativa, solicitamos a gentileza de nos informar se é possível que o contrato seja assinado de forma não presencial, com o envio por e-mail ou via postal para coleta de assinaturas da contratada e posterior devolução à Itaipu.”

RESPOSTA

Favor reportar-se à resposta da pergunta 27 deste Aditamento.

PERGUNTA 30

De forma a ampliar a quantidade de proponentes na presente licitação e levando em consideração a limitação de subscrição da maioria das Resseguradoras internacionais, no que diz respeito à concessão de apoio ao resseguro pelo prazo máximo de até 18 (dezoito) meses, consultamos a ITAIPU BINACIONAL se poderia aceitar a apresentação de apólices de D&O com vigência de 18 (dezoito) meses, com cláusula de prorrogação por mais 6 (seis) meses.

RESPOSTA

Pedido indeferido. A vigência da Apólice emitida deverá ser de 24 (vinte e quatro) meses, conforme a Cláusula 18 da Minuta de Apólice, anexo III do CBC.

PERGUNTA 31

“Levando em consideração a peculiaridade do objeto licitado, e a complexidade em relação as colocações do risco e as documentações internacionais, solicitamos dilação de prazo, para que a abertura ocorra após a o dia 20/06/2024.”

RESPOSTA

Pedido deferido. Favor reportar-se ao item II

herramienta para la firma de un contrato por certificado digital y, en caso afirmativo, si el contrato puede ser firmado electrónicamente.

RESPUESTA

Favor remitirse a la respuesta de la pregunta 27 de este Aditivo.

PREGUNTA 29

Si la respuesta a la pregunta anterior es negativa, le rogamos que nos informe si es posible que el contrato se firme de forma no presencial, con el envío por correo electrónico o postal para recoger las firmas del contratista y posterior devolución a Itaipú.

RESPUESTA

Favor remitirse a la respuesta de la pregunta 27 de este Aditivo.

PREGUNTA 30

“A modo de ampliar la cantidad de oferentes competidores en la presente licitación y atendiendo la limitante de suscripción de la mayoría de los Reaseguradores internacionales, sobre otorgar respaldo de reaseguro por un período máximo de hasta 18 (dieciocho) meses, consultamos a la ITAIPU BINACIONAL si podría aceptar la presentación de las pólizas de D&O con una vigencia de 18 (dieciocho) meses, con cláusula de extensión por 6 (seis) meses más.?”

RESPUESTA

Solicitud rechazada. La vigencia de la Póliza emitida deberá ser de 24 (veinticuatro) meses, conforme Cláusula 18 de la Minuta de Póliza, anexo III del PBC.

PREGUNTA 31

Teniendo en cuenta la peculiaridad del objeto licitado, y la complejidad en relación con las colocaciones de riesgo y la documentación internacional, solicitamos una ampliación del plazo, para que la apertura tenga lugar después del 20/06/2024.

RESPUESTA

Solicitud aceptada. Favor remitirse al ítem II de

deste Aditamento.

PERGUNTA 32

“Peço, gentilmente, que compartilhe uma atualização sobre o processo de modernização em andamento, detalhando o cronograma, avanços efetuados e se houve alguma alteração no prazo de execução previsto, bem como alterações no escopo/objeto do projeto inicialmente definido.”

RESPOSTA

Com relação ao Plano de Atualização Tecnológica da Itaipu, compartilha-se as seguintes informações relacionadas ao escopo e cronograma:

OIE-Ordem de início de execução: 23/05/2022.
Prazo de execução do objeto: 168 meses a partir da OIE.
Situação atual: em andamento e no prazo estabelecido e sem alteração no escopo contratado.

PERGUNTA 33

“No âmbito da licitação em referência, solicitamos que responda à seguinte questão constante do Aditivo n.º 1, Consulta n.º 2, Caso n.º 4:

Solicitamos a confirmação dos valores reclamados, se foi informado na apólice e quais despesas a apólice atual teve.”

RESPOSTA

Nos fatos de conhecimento público que motivaram a ação trabalhista dos não reintegrados, identificados como Caso n.º 4 na resposta da pergunta 2 do Aditamento 1, a ITAIPU não recebeu qualquer reclamação dirigida a pessoas físicas que pudessem se enquadrar na definição de Segurado no âmbito da cobertura contratada. Até o momento, nenhuma denúncia formal específica foi apresentada no caso.

PERGUNTA 34

“Vimos por este meio solicitar que seja considerada uma prorrogação para o pregão

este Aditivo.

PREGUNTA 32

Solicito amablemente que comparta una actualización sobre el proceso de modernización en curso, detallando el cronograma, el progreso realizado y si ha habido algún cambio en el tiempo de ejecución esperado, así como cambios en el alcance/objeto del proyecto definido inicialmente.

RESPUESTA

En cuanto al Plan de Actualización Tecnológica de Itaipú, se comparte la siguiente información relacionada con el alcance y el cronograma:

OIE-Orden de inicio de ejecución: 23/05/2022.
Plazo de ejecución del objeto: 168 meses desde la OIE.
Situación actual: en curso y dentro del plazo establecido y sin cambios en el alcance contratado.

PREGUNTA 33

“En el marco de la licitación de referencia, por medio de la presente solicitamos tengan a bien evacuar la siguiente consulta según lo manifestado en el Aditivo N.º1, Consulta N.º 2, Caso N.º 4:

Solicitamos confirmar los importes reclamados, si la misma se a denunciado en la póliza y que erogaciones tuvo la póliza vigente.”

RESPUESTA

En los hechos de público conocimiento que motivaron la demanda laboral de las personas no readmitidas, identificados como Caso N.º 4 en la respuesta a la pregunta 2 del Aditivo 1, no ha sido recibido por Itaipú hasta el momento reclamo alguno dirigido a personas físicas que pudieran encuadrarse dentro de la definición de Asegurado en el marco de la cobertura contratada, no siendo cursada hasta la fecha, por tal motivo, denuncia formal específica sobre el caso.

PREGUNTA 34

“Por este medio solicitamos se pueda considerar Prorroga para Concurso a Subasta a fecha Jueves

para quinta-feira, 20/06/2024.

Tendo em conta a documentação e procedimentos a realizar com o Resseguro para suporte da conta.”

RESPOSTA

Pedido deferido. Favor reportar-se ao item II deste Aditamento.

PERGUNTA 35

“No âmbito da licitação em referência, solicitamos por este meio uma prorrogação de 20 (vinte) dias até à data prevista para a recepção da proposta comercial. A razão é que as resseguradoras internacionais interessadas em ofertar solicitaram mais tempo para melhor analisar o risco e obter uma cotação vantajosa, bem como para obter os documentos comprobatórios nos termos solicitados no CBC.”

RESPOSTA

Pedido deferido. Favor reportar-se ao item II deste Aditamento.

II) Em conformidade com o disposto no subitem 2.6.2 do CBC do Pregão Eletrônico Binacional EF 0292-24, a ITAIPU altera a data da sessão pública constante no calendário de eventos, subitem 1.2 do CBC, conforme a seguir:

DE:

(...)

1.2.4 Recepção das propostas:

Até às 9h de 06/06/24

1.2.5 Início da Sessão Pública com a divulgação das propostas:

Em, a partir das 9h 06/06/24

1.2.6 Início da etapa de disputa de lances:

Em, a partir das 9h30min 06/06/24

20-06-2024.

Atendiendo a las documentaciones y gestiones a ser realizadas con Reaseguros para el soporte de la cuenta.”

RESPUESTA

Solicitud aceptada. Favor remitirse al ítem II de este Aditivo.

PREGUNTA 35

“En el marco de la licitación de referencia, por medio de la presente solicitamos tengan a bien realizar una extensión de 20 (veinte) días más a la fecha prevista para la recepción de oferta comercial. El motivo obedece a que Reaseguradores internacionales interesados en ofertar han solicitado mayor tiempo para analizar mejor el riesgo y obtener una cotización ventajosa, y la obtención de los documentos respaldatorios en los términos solicitados en el Pliego de Bases y Condiciones.”

RESPUESTA

Solicitud aceptada. Favor remitirse al ítem II de este Aditivo.

II) De conformidad con las disposiciones del sub-ítem 2.6.2 del PBC de la Subasta a la Baja Electrónica Binacional EF 0292-24, la ITAIPU altera la fecha de la sesión pública constante en el calendario de eventos, sub-ítem 1.2 del PBC, conforme sigue:

DE:

(...)

1.2.4 Recepción de las ofertas:

Hasta las 8:00 hs. del 06/06/24

1.2.5 Inicio de la Sesión Pública con la divulgación de las ofertas:

El 06/06/24, desde las 8:00 hs.

1.2.6 Inicio de la etapa de disputa de lances:

El 06/06/24, desde las 8:30 hs.

1.2.7 Referência de tempo:

Horário de Brasília - DF

(...)

PARA:

(...)

1.2.4 Recepção das propostas:

Até às 9h de [27/06/24](#)

1.2.5 Início da Sessão Pública com a divulgação das propostas:

Em, a partir das 9h [27/06/24](#)

1.2.6 Início da etapa de disputa de lances:

Em, a partir das 9h30min [27/06/24](#)

1.2.7 Referência de tempo:

Horário de Brasília - DF

(...)

III) Permanecem inalteradas as demais condições contidas no CBC do Pregão Eletrônico Binacional EF 0292-24.

Elaboração: Divisão de Suporte Técnico
Data de emissão: 24.05.24

1.2.7 Referencia horaria:

Hora oficial del Paraguay

(...)

PARA:

(...)

1.2.4 Recepción de las ofertas:

Hasta las 8:00 hs. del [27/06/24](#)

1.2.5 Inicio de la Sesión Pública con la divulgación de las ofertas:

El [27/06/24](#), desde las 8:00 hs.

1.2.6 Inicio de la etapa de disputa de lances:

El [27/06/24](#), desde las 8:30 hs.

1.2.7 Referencia horaria:

Hora oficial del Paraguay

(...)

III) Permanecen inalteradas las demás condiciones contenidas en el PBC de la Subasta a la Baja Electrónica Binacional EF 0292-24.

Elaboración: División de Apoyo Técnico
Fecha de emisión: 24.05.24